

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 37

Data: 21 de fevereiro de 1982

Pg.: _____

Carajás será uma outra fonte de sacrifícios

ALOYSIO BIONDI

No transcórre de debates realizados em São Paulo em fins do ano passado, o secretário executivo do Programa Grande Carajás, Oziel Carneiro, disse que o governo tinha "consciência" de que a política de incentivos fiscais ("perdão" de impostos) vem sangrando o Tesouro, provocando inflação (porque quando faltam recursos acaba havendo emissões) e sacrificando a população. Em Carajás, afirmava ele, será diferente: para evitar o ônus social (isto é, o sacrifício da população), o perdão de impostos para quem quiser instalar empresas na região será cuidadosamente dosado. "Não haverá incentivos indiscriminados, com base apenas no argumento de que a empresa está investindo na Amazônia, e é preciso estimular o desenvolvimento da região. Os incentivos serão estudados, e somente serão dados na medida exata para tornar os empreendimentos viáveis." Em outras palavras, uma empresa que fosse para Carajás produzir alumínio para exportar, por exemplo, não mereceria nenhum incentivo, nenhum "perdão de impostos", se a análise do seu projeto mostrasse que ele seria altamente lucrativo graças a outras vantagens do Programa: energia elétrica subsidiada (isto é, vendida a um preço abaixo do custo, com o Tesouro pagando a diferença), proximidade entre a Amazônia e os mercados consumidores do Exterior (reduzindo o custo dos transportes), mão-de-obra mais barata etc.

UM MASSACRE

A afirmação do sr. Oziel Carneiro revelava algum avanço no sentido de não ampliar as distorções que vêm marcando a política econômica e de cobrança de impostos no Brasil — responsáveis, repita-se, pela concentração da renda em poucas mãos, e pelos problemas crescentes da classe média, trabalhadores e "marginalizados". A nova orientação oficial por ele anunciada tinha justificativas: antes de Carajás, o "perdão de impostos" para investir na Amazônia seria até aceitável, como forma de acelerar a correção do desequilíbrio entre as regiões do País, pois, teoricamente, um empresário que se dispusesse a investir na Amazônia, nos últimos anos, enfrentaria maiores dificuldades do que uma empresa que se instalasse no Sul. O "perdão de impostos", ainda, seria um prêmio ao empresário que, em lugar de procurar o mercado consumidor, garantido, do Sul, se dispusesse a desbravar uma atividade econômica qualquer num mercado ainda em fase inicial de expansão na Amazônia.

Em anos anteriores, era assim. Mas o Programa Grande Carajás mudou, ou muda, radicalmente esse quadro. O governo investe maciçamente na região, para dotá-la de infra-estrutura: ferrovias, rodovias, portos, energia elétrica. As grandes empresas, como as que vão aplicar no setor de mineração e metalurgia, não estão abandonando "a segurança" do Sul, para "correr riscos" na Amazônia: elas estão indo atrás, exatamente, dos minérios, da energia elétrica barata, das terras e das matas (para queimar nos altos-fornos). Que existem na região, e não no Sul do País. Não há necessidade de "incentivos", do perdão de impostos que sacrifica toda a população, a pretexto de "atrair" as empresas. O que as atrai são os recursos naturais da região, e pronto.

O governo parecia ter acordado para essa realidade, ao anunciar — pela boca do secretário-executivo do programa Grande Carajás — que os incentivos seriam concedidos racionalmente, em pequenas doses, pois, segundo Oziel Carneiro, do contrário seriam "doações" para beneficiar grupos e empresas, em detrimento de outros — e da população. O governo parecia ter acordado. Parecia. Mas iniciadas as reuniões do Conselho Interministerial do Grande Carajás — presidido pelo ministro Delfim Neto —, imediatamente começou a concessão indiscriminada de incentivos, de "perdão de impostos", aos grandes grupos que vão participar do programa, transformando Carajás em nova fonte de sacrifícios para a população. Até a empreiteira que vai construir a barragem de Tucuruí ganhou isenção do Imposto de Renda sobre seus lucros, o que não tem qualquer explicação: qual o "risco" que está correndo para ganhar o incentivo, do perdão do Imposto de Renda? Como diria o próprio Oziel Carneiro, é uma "doação" em prejuízo da Nação, pura e simples.

A Federação das Indústrias de São Paulo parece que desistiu de esperar que os tecnocratas de Brasília redescubram o bom senso e deixem de adotar medidas contrárias aos interesses de toda a população. Resolveu, a Fiesp, passar a reclamar junto ao Congresso Nacional, para que ele participe mais ativamente das decisões na área econômica, hoje concentradas na mão da tecnoestrutura. É bom a classe média, os trabalhadores, os "marginalizados" (através das entidades que os defendem) meditem nesse exemplo. Ou a política de massacre da população, em benefício de poucos, vai prosseguir. E assim que agem os tecnocratas.